

Collor quer explodir pistas do garimpo

Para porta-voz da PF, só o Exército é capaz de dinamitar as pistas de pouso em Roraima

MÔNICA TORRES MAIA

BRASÍLIA — A decisão do presidente Fernando Collor de destruir com explosivos as 110 pistas de pouso clandestinas construídas por garimpeiros em terras dos índios yanomamis, em Roraima, dependerá do auxílio das Forças Armadas. A conclusão é do porta-voz da Polícia Federal, João Martins, que anunciou o convite ao Exército, Aeronáutica, Secretaria Nacional do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Fundação Nacional do Índio (Funai) para ajudar na tarefa. De acordo com Martins, a dinamitação das pistas precisa ser bem planejada "para evitar danos ao meio ambiente e aos índios".

Para resolver o problema de forma definitiva, o presidente da Funai, coronel Ailton Alcântara, considera mais urgente a revogação do decreto que criou três reservas de garimpeiros em Roraima. Segundo Alcântara, a fundação ainda não foi comunicada oficialmente sobre a operação. "Se for colocada em curso, temos de tomar todas as precauções para afastar os índios da área", revela. De acordo com o presidente da Funai, restam hoje na região entre 800 e dois mil garimpeiros — 9.500 saíram pela ação da PF e Funai e outros 9.500 espontaneamente. "Mas temos de ficar atentos", alertou Alcântara, admitindo que a Fu-

nai "não tem condições de cobrir todas as 110 pistas".

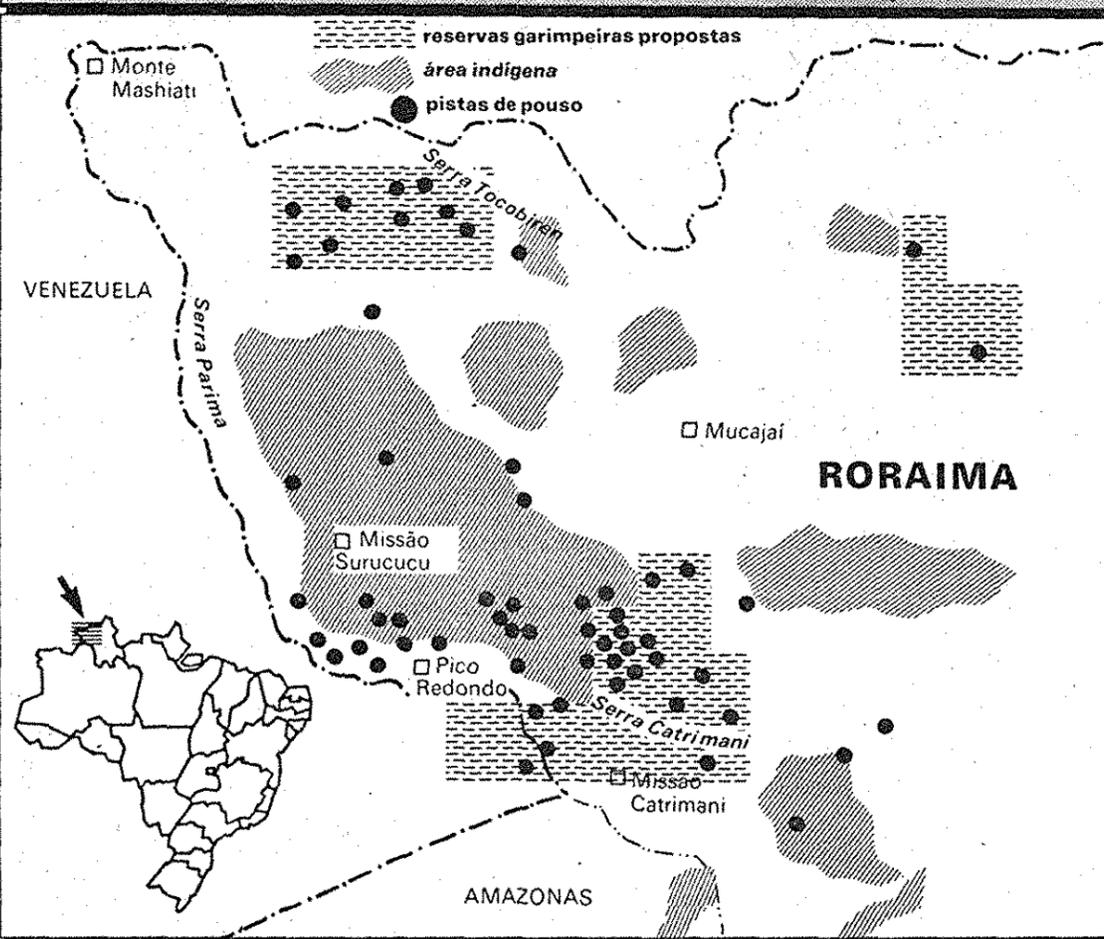
Para o Comando Militar da Amazônia (CMA) — especializado em ações nas selvas —, a destruição das pistas não é a melhor solução. Uma fonte do CMA cita como exemplo a dinamitação de pistas de pouso de traficantes de tóxicos efetuada no ano passado pelo governo colombiano. "Não adiantou nada. Eles colocaram pranchas de madeira nos buracos e continuaram operando", adverte.

O coordenador da área de índios isolados da Funai, Sidney Possuelo, que em janeiro saiu da equipe de comando da operação de retirada dos garimpeiros em Roraima, pois a manobra não seria feita nas áreas circundantes da floresta, elogia a intenção de acabar com as pistas, mas também acredita que sem a revogação do decreto que criou as reservas a ação "de nada adiantará". Em seu entender, a dinamitação "deve ser uma força de expressão". "As pistas distantes podem acabar assim, mas, onde há malocas e garimpeiros, deve ser estudada outra forma", diz. Possuelo propõe que a ação dos garimpeiros na Amazônia seja cortada pela raiz e denuncia: "Estão invadindo os rios Cuminapanema e Eripecuru, no norte do Pará, colocando em risco índios recém-contatados. Essa invasão tem de ser atacada de imediato, para não se transformar numa nova Roraima".

A presidente da Funatura, Maria Tereza Jorge Pádua, alerta que a dinamitação, dependendo da quantidade de explosivo, "consumiria oxigênio e produziria gases tóxicos". Se as pistas forem abandonadas, afirma, serão tomadas pela floresta num prazo de oito anos.

Explosões na selva

Para cumprir a ordem do presidente, a Polícia Federal terá de dinamitar vários pontos da floresta. São 63 pistas de pouso já identificadas pelo governo de Roraima, mas acredita-se na existência de muitas mais. Algumas delas, porém, estão dentro das áreas onde o governo pretende instalar reservas garimpeiras.



Técnico não vê risco ambiental

O engenheiro Hugo Takahashi, detentor da técnica de implosão no Brasil há 15 anos, não acredita que a utilização de dinamite para explodir as pistas clandestinas da Amazônia possa acarretar danos ao meio ambiente. Takahashi disse que a quantidade de explosivo utilizada nessas pistas, que têm cerca de 300 metros de comprimento por 30 metros de largura, é insignificante. Ele calcula que cada uma das pistas necessite de aproximadamente 500 quilos de dinamite.

O engenheiro descarta a possibilidade de a operação provocar erosão. "As pistas são construídas em terrenos muito secos, sem passagem d'água", observa. Ele duvida, igualmente, que o barulho provoque maiores consequências à fauna da região.

O ambientalista Evaristo Miranda da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) também não vê motivos para alarme. "No lugar das pistas, serão abertas crateras que inviabilizam tanto o pouso e a decolagem como novos reparos", explica. "A vegetação seguramente vai crescer nessas áreas", assegura.



José Paulo Lacerda/AE

Pista clandestina em Roraima: na mira da PF